

A mão oblíqua do "apartheid"

José Cardoso Pires

Angola, Julho de 1988. À primeira abordagem, Luanda parece interrompida num corte de suspensão. Construções inacabadas, enormes gaiolas de cimento expostas há mais de catorze anos à indiferença e ao tempo; estabelecimentos comerciais abandonados, letreiros de grandes empresas esquecidos nas fachadas da Baixa citadina; cargueiros fundeados num porto sem vida.

Na Avenida Marginal, negros sentados às mesas numa esplanada que há muito, sabe-se lá quando, deixou de funcionar. Mais adiante, na montra poeirenta duma loja fotográfica, há uma mulher a sorrir, voltada para a baía deslumbrante — o cartaz duma beleza em tamanho natural a anunciar naquele vazio solitário a Kodak que transforma cada instante do presente em memória já passada.

O acesso à contradição

No fundo, Luanda agora talvez seja isso. Uma imagem, um eco morto de passado, face a uma cidade que se adia pela guerra.

Um visitante que escuta a voz oficial dum país em guerra

guarda uma instintiva reserva em relação à descrição que lhe é transmitida. Mas aqui são os próprios responsáveis, desde o presidente José Eduardo dos Santos aos ministros e chefes militares, que confirmam a gravidade da degradação económica colectiva e que muitas vezes põem em evidência certos dados negativos dificilmente detectáveis. Em contrapartida nenhuma arrogância, nenhum empolamento nas vitórias obtidas na recuperação do país, mesmo no plano militar onde o exército, e a aviação em especial, atingiram uma surpreendente eficácia. Na descrição das situações a sobriedade parece ser a tônica dos homens do Governo e do MPLA.

Em confronto com isto, ocorre-me a imagem exaltada que a Imprensa nos tem dado dos povoados de Savimbi. Não os conheço, não estive lá, mas para o observador atento há desde logo um condicionamento de princípio que não pode deixar de ter-se em conta: em território de guerrilha, território de camuflagem e emboscada, a liberdade do visitante é minuciosamente limitada por razões que a segurança justifica. A imagem de exportação pode centrar-se, portanto, em certos locais seleccionados e em certos contactos traduzidos pelo intérprete oficial.

No outro lado, não. No outro lado, a liberdade de movimentos é incomparavelmente maior, a iniciativa individual permite ultrapassar uma parte da programação estabelecida e recolher uma experiência directa até ao nível das contradições. Luanda é Luanda com toda a erosão de uma capital de guerra; o mercado paralelo existe, podemos vê-lo nas sórdidas feiras da Praça de Touros ou de Roque Santeiro, em estendais de mercadorias que vão do humilde punhado de amendoins ao último modelo dos relógios Cartier. Mas também Lubango é Lubango e abre-se-nos acolhedoramente como um diamante verde, uma cidade limpa e ordenada, apesar da sua condição de centro logístico no confronto com os sul-africanos.

Este acesso às contradições da realidade limita substancialmente e torna até impeditivo qualquer interpretação demagógica ou propaganda artificiosa por parte do Poder instituído. Mas mais que a experiência individual que me foi possível recolher o que confirmou para mim a certeza da vitória de Angola sobre os seus inimigos foram os encontros que tive com angolanos que conheço e em quem confio há longos anos pela corajosa independência do seu comportamento e pela sua

sensibilidade cultural. Ouvindo-os, compreendi mais profundamente a força duma razão colectiva que se sabe invencível, porque se assume frontalmente com todos os desacertos e com todos os infortúnios da sua trajetória.

Poder Negro — Poder Branco

Algures, ao sul da Huila, o planalto acaba subitamente na Fenda de Tundavala. Rocha cortada a pique a mil, dois mil metros de altura num golpe de vertigem, e lá longe, até à fronteira com a Namíbia, estende-se a faixa controlada pela África do Sul.

Escassa de vias de comunicação, a área alonga-se até às chamadas Terras do Fim do Mundo, quase despovoadas na sua maioria. É essa extensão que as forças angolanas e cubanas se empenham em manter como zona de separação ou «zona morta» onde foram detidos os invasores. É ali também que a UNITA se movimenta com maior à-vontade, sob a cobertura da artilharia e da poderosa aviação sul-africanas.

Mas em nome de quê, esta guerra? Em nome do anticomunismo face a um governo, como o de Angola, que se abre ao investimento privado e à colaboração com as multinacio-



Soldados da UNITA e das FAPLA



Jorge Risquet, Afonso van Dúnen, Chester Crocker e Nel van Heerden
Os negociadores

mais? Em nome da paz de Pretória, que pretende, com a ocupação da Zâmbia, estabelecer uma margem de segurança para o seu *status* racista?

Tentar credenciar uma teoria do «apartheid» aos olhos do homem contemporâneo seria não só anacrónico como contraproducente — os moralistas de Botha sabem disso e, à falta de argumentos, recorrem ao cano das armas. Jonas Savimbi também. Jonas Savimbi afirma-se angolano e partidário do Poder Negro para descompro-

misso com a imagem dos seus aliados do Poder Branco. E aqui surge desde logo a grande contradição dos enunciados da UNITA: como angolana não tem justificado para participar das negociações internacionais onde Angola só pode estar representada pelo Governo de Luanda, reconhecido pelas Nações Unidas; como partidária do Poder Negro surge ironicamente como um oportunismo corruptor desse mesmo Poder, manipulado pela África do Sul. África do Sul que, evidente-

mente, é rígida de mais para se deixar iludir nos seus objectivos. Na realidade, por muito que possa confiar no seu instinto de político «manobrador e manipulador» («O Jornal Ilustrado», 8 de Julho), Savimbi dificilmente conseguirá tornar compreensível que o exército mais antinegro do mundo o estivesse a ajudar a implantar o Poder Negro na África Austral. A mão obliqua do «apartheid» serve-se de muitas luvas mas jamais de alguma que a possa cercar.

Isto é particularmente evidente na evolução da política de Pretória dos últimos meses, ou seja, desde que o peso dos brancos dizimados pela guerra começou a sobressaltar a opinião pública sul-africana. Os encontros do Cairo e de Nova Iorque vêm nessa sequência, os enviados de Botha revelam uma maior elasticidade de negociação e aceitam sentar-se à mesa das conversações sem a presença da UNITA. A par disso, ou em reacção a isso, a trajectória de Jonas Savimbi pro-

cura, mais do que nunca, o aval dos Estados Unidos (que obtém) e o dos europeus ocidentais (que lho evitam, ou lho recusam).

*Cultura;
o investimento
estrutural*

Uma cumplicidade tão suspeita como a do Poder Branco com o Poder Negro (ou que assim se diz, não importa) pressupõe desde logo concepções racistas e, consequentemente, carrega o espectro da guerra com uma forte conotação cultural. Racismo e pluralidade de expressões culturais, são incompatíveis e têm, neste caso, um particular significado para Portugal.

Para nós, portugueses, o capital de que dispomos no relacionamento socioeconómico com a jovem República de Angola assenta e tem uma maisvalia imediata na língua e no entrosamento cultural que aproxima os dois países. Este posicionamento de excepção tem sido reconhecido pelos governos de ambas as partes, mas interessa que tiremos partido dele como investimento estrutural antes que o Brasil se nos substitua ou que o expansionismo da Aliança Française se firme nesse mercado.

Por mim, desconheço que prioridades possam ser atribuídas à língua portuguesa no projecto político de Jonas Savimbi, mas sei a importância que lhe é consagrada pelo Governo de Luanda e o instrumento que ela representa no dia-a-dia do povo angolano.

No carro, logo à saída do aeroporto, tive a primeira revela-

ção surpreendente ao ouvir o rigor e a riqueza do português que o rádio transmitia, e a partir daí, na Imprensa, na televisão, nos serviços, a experiência não parou de repetir-se por toda a parte.

Militares e políticos que conheciam de leitura vários dos nossos escritores contemporâneos — também testemunhei isso, e por mais de uma vez. Versos de José Afonso como legenda de parede na biblioteca dum liceu do interior — outra surpresa. Em Tabanca, centro agrícola onde trabalham descendentes de madeirenses, soube da sua angústia pela falta de professores de Português nas escolas primárias; na Huila, a mesma inquietação por parte do comissário provincial, Lopo do Nascimento.

Neste país em guerra, não se protesta apenas contra a mutilação e a morte, protesta-se também contra a insuficiência do ensino e do livro português. Escassez de cooperação ao nível pedagógico e reduzida dimensão do parque gráfico — as razões fundamentais são essas.

No entanto, e apesar de todos os impedimentos, o índice de analfabetismo baixou desde a Independência, em cerca de 15% (números imprecisos, por ausência de estatísticas) e os 34 mil exemplares que constituíram a última Feira do Livro de Luanda esgotaram-se em cinco horas.

«Apartheid» e segregação *versus* pluralismo cultural: assim vai esta guerra. Como melhor despedida de Angola, talvez eu guarde aquela imagem das crianças do Orfanato de Lubango que cantavam *Os meninos à volta da fogueira* a aprenderem coisas de sonho e de verdade...